

Reitores definem reivindicações que levarão à Assembléia Constituinte

FORTALEZA — Obrigatoriedade do ensino de, no mínimo, oito anos no primeiro grau, garantido pelo Estado; ensino gratuito de segundo e terceiro graus, sem exclusividade; e manutenção do direito da livre iniciativa de atuar em qualquer grau de ensino, dentro das limitações da lei. Estas são três das sete propostas aprovadas ontem no encerramento da 44ª Reunião Plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) e que agora serão encaminhadas à Constituinte.

As sugestões sobre a reforma universitária, principal tema da reunião do Crub, serão analisadas por um grupo escolhido durante a reunião e condensadas num documento final.

A plenária aprovou ainda o projeto "Constituinte e Universidade", que defende a criação de um grupo, em cada instituição, para participar das discussões sobre a nova Carta. O projeto prevê também a criação de um mecanismo de comunicação en-

tre a Constituinte e a sociedade.

As outras propostas para discussão na Constituinte são: garantia de autonomia das universidades, estabelecimento de, no mínimo, 13 por cento da receita orçamentária da União, aplicação de 25 por cento do orçamento dos Estados e município na Educação, e garantia, pelo Estado, do pleno desenvolvimento das atividades culturais.

Após a aprovação das propostas, o Crub elegeu, com 46 votos, seu novo Presidente, Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, da Universidade Federal de Santa Catarina. Ele substitui seu colega, também catarinense, Lauro Ribas Zimmer, da Universidade Estadual de Santa Catarina. A eleição ocorreu sob o protesto de 16 Reitores das fundações federais, que se retiraram do plenário e não votaram. Eles desejavam que fosse respeitada a alternância na presidência, dando vez agora às fundações federais.